

LUTAS FEMINISTAS, TEATRO E PEDAGOGIAS INFORMAIS

Margarida Gandara Rauen¹

Resumo: Este artigo apresenta evidências da utilização do teatro por ativistas feministas no Brasil no século XIX e na primeira metade do século XX. Na introdução, abordo as transformações substanciais pertinentes ao reconhecimento e registro da produção de mulheres artistas ao longo dos séculos, ignorada nas historiografias androcêntricas. Aponto que, diferente da ampla difusão da arte de autoria de mulheres, os ativismos feministas nas artes tiveram menos atenção, até mesmo no Norte global, onde as obras dedicadas à arte feminista tendem a destacar nomes da segunda metade do século XX, embora o engajamento político de mulheres feministas tenha se intensificado no século XIX. Dada a diferenciação entre feminismos e movimentos de mulheres, as referências bibliográficas selecionadas na continuidade do texto permitem, mesmo brevemente, apreciar a importância das derivas interdisciplinares nas áreas de Ciência Política e História para ampliar a percepção das manifestações da chamada primeira onda do feminismo no Brasil, frequentemente simplificada quando reduzida às lutas sufragistas a partir dos anos 1920, pois o sufragismo no Brasil estava em andamento no século XIX. Portanto, além do legado sufragista do século XIX, considero as práticas teatrais dos movimentos antiescravista, anarquista e trabalhista, engendrando pedagogias informais em peças criadas para a difusão do pensamento feminista emancipatório e educação de plateias multiplicadoras dos ideários de equidade e liberdade entre os anos 1890 e 1920.

Palavras-chave: feminismos; teatro; educação não formal.

¹ Margie Rauen (nome em arte de Margarida Gandara Rauen) é Ph.D. em Teatro pela Michigan State University (E.U.A., 1987), artista e professora. Lecionou em bacharelados e licenciaturas da Faculdade de Artes do Paraná (UNESPAR-FAP) e da UNICENTRO. Permanece docente Sênior do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UNICENTRO, com interesse em temáticas de mulheres e gênero no currículo e ensino de artes. É associada ao Centro de Estudos Latino Americanos (CERLAC) da York University, em Toronto, Canada, desde 2022. Suas publicações e processos de criação nacionais e internacionais (1987-2023) têm concepção feminista pós-colonial e interseccional, abrangendo a teoria e a crítica de teatro e de arte da performance. Website: www.margierauen.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8196003641649326>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2466-339X>. E-mail: margierauen.br@gmail.com.

FEMINIST STRUGGLES, THEATER AND INFORMAL PEDAGOGIES

Abstract: this article presents evidence of the use of theater by feminist activists in Brazil in the 19th century and in the first half of the 20th century. In the introduction, I address the substantial transformations pertinent to the recognition and recording of the production of women artists over the centuries, which has been ignored in androcentric historiographies. I point out that, unlike the widespread dissemination of art by women, feminist activism in the arts received less attention, even in the global North, where works dedicated to feminist art tend to highlight names from the second half of the 20th century, although the political engagement of feminist women was intensified in the 19th century. Given the differentiation between feminisms and women's movements, the bibliographical references selected in the continuity of the text allow, even briefly, for the appreciation of the importance of interdisciplinary ramifications in the areas of Political Science and History to broaden the perception of the manifestations of the so-called first wave of feminism in Brazil, which often is simplified when reduced to suffragist struggles of the 1920s, considering that suffragism was launched in Brazil in the 19th century. Therefore, in addition to the suffragist legacy, I consider the theatrical practices of the anti-slavery, anarchist and labor movements, engendering informal pedagogies in plays created for the dissemination of emancipatory feminist thought and the education of audiences that multiplied the ideals of equity and freedom between the 1890s and 1920s.

Keywords: feminisms; theater; non-formal education.

Introdução

A falta de atenção historiográfica para com mulheres artistas foi um vício mundialmente praticado até a segunda metade do século XX, quando o questionamento feminista e sistemático do androcentrismo impulsionou publicações como o revolucionário artigo de Linda Nochlin intitulado “Por que não houve grandes mulheres artistas?” (1971). Ao criticar o androcentrismo, o sexismo e a desigualdade racial, Nochlin enfatizou a falta de condições para alcançar a grandeza na sociedade patriarcal, pois os homens sempre puderam desfrutar das possibilidades de estudar desenho e pintura, ou de viajar e participar plenamente da vida social, mas as mulheres ficavam confinadas aos espaços domésticos. O interesse de pesquisadores(as) na autoria de mulheres ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000 proporcionou análises sociológicas e levantamentos históricos das extensas produções de pintoras, muralistas e escultoras em livros de referência no hemisfério norte (CHADWICK, 1990; GROSENICK, 2001; PERROT, 2006).² Whitney Chadwick, num capítulo específico sobre a “Arte Feminista na América do Norte e Grã-Bretanha”, menciona obras e artistas de impacto desde os anos 1970, como Judy Chicago, Ana Mendieta, Judy Baca, Suzanne Lacy e Leslie Labowit. É importante observar que, para Rozsika Parker e Griselda Pollock (1995), o papel de ativistas não se limitava a promover exposições de arte mais inclusivas, e sim a desmantelar o *status quo*.

No Brasil, de modo similar, o objetivo de desarticular a história androcêntrica também motivou estudos críticos (HOLLANDA, 2003), apreciações recentes de feminismos (TELES, 2017) e publicações dedicadas a retirar as nossas artistas da obscuridade tanto nas Artes Visuais, quanto nos campos de dramaturgia, teatro e performance (VINCENZO, 1992; ANDRADE, 1996, 2000, 2001; FISCHER, 2017; SOUZA 2001; RAUEN, RODRIGUES, ANDRADE e SOUZA, 2017).

A percepção de que a arte de autoria de mulheres nem sempre é, mas pode ser engajada com pautas dos feminismos, de modo adicional aos mapeamentos, despertou

² Agradeço o acolhimento do Centre for Research on Latin America and the Caribbean da York University, em Toronto, Canada, pelo acolhimento em forma de residência de pesquisa durante 2022, possibilitando o meu acesso à toda a bibliografia em língua inglesa citada neste artigo.

o interesse acadêmico em arte estritamente feminista, com grande quantidade de publicações nas Artes Visuais. No entanto, pesquisar arte feminista brasileira é ainda mais complexo porque o fato de muitas mulheres renunciarem e/ou omitirem suas eventuais vinculações aos feminismos torna extremamente difícil a tarefa de identificar e contextualizar obras feministas (BARROS, 2016). Por outro lado, o costume de mapear a primeira onda de feminismo no Brasil nos anos 1920 e relacionar A(r)tivismo com a semana de Arte Moderna de 1910 (COSTA e COELHO, 2018), invisibiliza as manifestações de mulheres no século XIX, como se elas não acontecessem.

Em busca de contextualizações, este artigo apresenta o caminho alternativo de reconhecimento do legado pedagógico mais antigo dos ativismos feministas, embora a pedagogia feminista como tal tenha se desenvolvido mais acentuadamente nos anos 1980 na educação formal (SHREWSBURY, 1987), com aplicabilidade na educação não formal e, em particular, na educação popular (SARDENBERG, 2006). Alinhadas com as lutas contra o sexismo, o racismo, a homofobia e outras formas de exclusão, as práticas pedagógicas feministas corroboram os direitos humanos e os objetivos de transformação almejados por diversos movimentos sociais. De modo similar, os ativismos feministas nas Artes têm funcionado como pedagogias informais porque, fora de salas de aula e sistemas educacionais, promovem intervenções e provocam reflexões no ambiente local, regional, nacional ou global onde se realizam, no sentido mais amplo da educação não formal.

No Brasil, muito antes dos anos 1980, tais pedagogias feministas informais eram praticadas por meio do teatro objetivando a difusão de reivindicações e a formação de plateias multiplicadoras para as lutas por equidade dos ativismos antiescravista, sufragista, trabalhista e anarquista, os quais abordo neste artigo.

Agendas e/ou fusão de feminismos e movimentos não só de mulheres?

Costuma-se diferenciar movimentos de mulheres e feminismos, os quais não são sinônimos, embora possam se entrelaçar. O termo feminismo se aplica quando há

interesses estratégicos e uma ênfase na contestação da subordinação de gênero, mas os movimentos tendem a ter agendas práticas, que surgem “[...] das necessidades imediatas e percebidas das mulheres” (BASU, 2010, 4). De fato, as mulheres em certos contextos não apenas evitam se identificar como feministas, mas também parecem ignorar e/ou aceitar as hierarquias patriarcais de gênero, raça e classe:³

O feminismo, ao contrário dos movimentos de mulheres, pode ocorrer em uma variedade de arenas e assumir uma variedade de formas. O feminismo conota tanto as ideias quanto seus atos, mas não especifica quem vai decretar essas ideias ou que formas esses atos assumirão. Os discursos feministas influenciam o caráter da fala, do pensamento e da expressão em casa e no local de trabalho, entre indivíduos e grupos, na vida cotidiana e, ocasionalmente, na política, na cultura e nas artes. [...] intervenções culturais feministas por meio de revistas feministas, livrarias, editoras, romances, poesias, peças de teatro e performances tiveram um impacto de longo alcance nos movimentos de mulheres. Muitas vezes, a expressão cultural feminista precede o surgimento de movimentos de mulheres. (BASU, 2010, 4-5, tradução minha)⁴

O entrelaçamento de política, cultura e artes é dinâmico e pode envolver desde a postura do feminismo ocidental/branco até as diversas posicionalidades dos feminismos com especificidades étnicas e/ou indígenas, por exemplo, numa estrutura global, com teorias de várias procedências e contextos culturais do século XXI (McCANN e KIM, 2009). Enquanto elaboram as definições de feminismo e teoria feminista no início

³ A coletânea intitulada **Women's Movements in the Global Era**, editada por Amrita Basu (2010) apresenta treze ensaios sobre fatores relacionados ao desenvolvimento humano (oportunidades educacionais, renda e expectativa de vida) e empoderamento de gênero (participação das mulheres como representantes na política e na economia) na África (África do Sul e Zimbábue), Ásia (Paquistão, Índia e China), Europa (Polônia e Rússia), América Latina (Bolívia, Brasil, Chile, México, Venezuela), Oriente Médio (Palestina e Irã) e América do Norte (EUA).

⁴ Traduzido do inglês “Feminism, unlike women’s movements, can occur in a variety of arenas and assume a variety of forms. Feminism connotes both ideas and their enactments but does not specify who will enact these ideas or what forms these enactments will take. Feminist discourses influence the character of speech, thought, and expression in the home and the workplace, among individuals and groups, in everyday life, and, episodically, in politics, culture, and the arts. [...] feminist cultural interventions through feminist magazines, bookstores, publishers, novels, poetry, plays, and performances have had a far-reaching impact on women’s movements. Often feminist cultural expression precedes the emergence of women’s movements.”

de sua antologia intitulada **Feminist Theory**, Wendy K. Kolmar e Frances Bartkowski (2013)⁵ explicam que incluíram textos cujas autoras nem sempre rotularam sua escrita como feminista, mas que “[... tentam explicar a situação das mulheres, entender a assimetria de gênero, ou entender distribuições desiguais de privilégio e poder usando o gênero como um elemento de sua análise” (p. 3).⁶ No entanto, como alertam os editores, esta amplitude não pode ser alcançada sem recorrer à ordem cronológica dos capítulos, uma forma eficaz de contextualizar os/as autores/as numa determinada década ou em vários períodos. O mesmo pode ocorrer no mapeamento de artistas.

No livro intitulado **A Arte do Feminismo** (Reckitt et al., 2019 – **The Art of Feminism**), os capítulos são organizados em conexão com o engajamento de artistas visuais nas lutas das mulheres pelos direitos de estudar, votar, trabalhar e possuir propriedade desde a década de 1840. Para Reckitt et al, “É significativo que tantas mulheres artistas, como Barbara Leigh Smith, estivessem na vanguarda da agitação por essa mudança, e natural que também fizessem campanha por igualdade dentro de sua profissão” (Reckitt et al., 2019, pág. 19 – tradução minha).

A dominação masculina e a opressão também eram criticadas na América Latina e no Brasil e, já no século XIX, foi extensa a produção de peças antiescravistas e abolicionistas, conforme discute João Roberto Faria em seu livro **Teatro e Escravidão no Brasil** (2022), contestando a crença lançada por historiadores dos anos 1930 de que poucos escritores teriam se dedicado à temática: “Mais de cem peças teatrais foram escritas, publicadas, representadas, entre 1838 e 1888, com o intuito de fazer a crítica da escravidão e, nos anos 1880, a defesa da abolição” (FARIA, 2022, p. 390). Embora não tenha um posicionamento feminista, Faria analisa a denúncia da escravidão na dramaturgia de Maria Angélica Ribeiro (1829-1880) na peça **Cancros Sociais** (1865) e comenta o papel da atriz Ana Chaves Guimarães e de seu marido Ribeiro Guimarães na

⁵ Com sua primeira edição em 2000 e as posteriores em 2005, 2010 e 2013, essa coletânea passou por diversas mudanças, tanto para manter as questões que vêm sendo debatidas ao longo da história do feminismo quanto para acrescentar textos que atualizam a obra (KOLMAR e BARTKOWSKI, 2013).

⁶ Minha tradução de “[... attempt to explain women’s situation, to understand gender asymmetry, or to understand unequal distributions of privilege and power using gender as one element of their analysis” (p. 3)

campanha abolicionista. Enfatiza, ainda, que o casal levou, no Teatro Santo Antônio, no Recife, aos 14 de maio de 1885, um “[...] ‘drama de propaganda’ em quatro atos e um quadro intitulado Os Abolicionistas, escrito por Ana Chaves” (FARIA, 2022, p. 339).

No campo dos estudos de mulheres e gênero, a brasilianista June E. Hahner (1980) verifica e analisa a problemática da pouca divulgação dos periódicos feministas existentes durante o século XIX, até mesmo em renomadas publicações sobre a imprensa brasileira, enquanto os nomes das primeiras feministas como Nísia Floresta Brasileira Augusta (1809-1885) quase não são mencionados, mesmo em estudos sociológicos de prestígio (SAFFIOTI, 1969).⁷ Esse apoio interdisciplinar em fontes da história e da ciência política permite encontrar evidências sobre as maneiras pelas quais o feminismo e os movimentos de mulheres realizaram empreendimentos culturais e recorreram ao teatro desde os primeiros contextos associados à luta sufragista durante o século XIX:

O feminismo abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta destinada a elevar seu status social, político ou econômico; diz respeito aos autoconceitos das mulheres, bem como a sua posição na sociedade. Em contraste, os movimentos pelos direitos das mulheres tendem a definir, de forma mais restrita, a emancipação das mulheres como a conquista de direitos legais, como ocorreu nos Estados Unidos no final do século XIX. No Brasil do início do século XX, como nos Estados Unidos, o movimento pelos direitos das mulheres geralmente se sobrepunha ao movimento sufragista, um aspecto específico do que deveria ser visto como uma luta mais ampla. (HAHNER, 1980, 65-66 – tradução minha)

Tal sobreposição é discutida pela própria June E. Hahner em um livro sobre a luta pelos direitos das mulheres no Brasil de 1850-1940 (Hahner, 1990), com agradecimentos às mulheres nas artes e particularmente ao trabalho de Josefina Álvares de Azevedo como editora de **A Família**, jornal lançado em São Paulo em 1888:

⁷ Nísia Augusta mudou-se para a Europa em 1856, “[...] onde conheceu intelectuais franceses, converteu-se ao positivismo, viajou muito, e publicou vários outros livros” (HAHNER, 1980, p. 68) além de **Direitos das mulheres e injustiça dos homens** (1832), havendo controvérsias sobre esse texto ser ou não uma tradução literal de *A vindication of the rights of woman* (1792), de Mary Wollstonecraft. (BARBOSA E MAIA, 2020, e59012).

Como parte de sua ‘propaganda’ pela emancipação das mulheres [...] publicou uma coleção de biografias demonstrando os papéis ativos e individualizados que ela imaginou para as mulheres brasileiras. Ela ofereceu a elas exemplos históricos de mulheres demonstrando intelecto e coragem... (HAHNER, 1990, 51 – tradução minha).

Hahner comenta a comédia sufragista **O Voto Feminino**, de Josefina, publicada e encenada em 1890, no Teatro Recreio, no Rio de Janeiro: “Nesta peça, como em seus editoriais de jornal, Josefina de Azevedo depositou suas esperanças de sufrágio feminino em uma nova constituição republicana.” (HAHNER, 1990, 73 – tradução minha). Na última cena, a peça elabora a expectativa em relação ao congresso constituinte sobre o direito ao voto para mulheres, inicialmente contemplado em emenda de 1891, mas outorgado nacionalmente apenas em 1934.⁸ Sobre o assunto, Valéria Andrade analisou em profundidade a propaganda sufragista no teatro brasileiro (ANDRADE, 1997, 1998, 2004, 2010, 2011), com destaque para a peça **O Voto Feminino** (vide texto de Josefina Álvares de Azevedo em ANDRADE, 2004).

Paralelamente às lutas sufragistas e antiescravistas, os ativismos das comunidades de operárias e operários no Brasil se intensificaram nos anos finais do século XIX, culminando em greves nas duas primeiras décadas do século XX, com marcante engajamento de mulheres por direitos no trabalho,⁹ também notado por historiadoras feministas nas diversas circunstâncias nas quais trabalhadoras interpelaram a sociedade (GIULIANI, 1997; TELES, 2017; FRACARO, 2018; CAMPOS, 2021).

Em 1903, as mulheres tiveram protagonismo na greve das charuteiras do Recife, Pernambuco, bem documentada em estudo de jornais de época (SOUZA, 2019). Em 1906, 600 trabalhadores têxteis, a maioria mulheres, fizeram greve por melhores salários na cidade de Jundiaí, São Paulo; em 1907, manifestações pela redução da jornada de

⁸ Para retrospectiva didática sobre as lutas sufragistas, reconhecendo a atividade no Brasil desde 1832, acesse <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>

⁹ Fonte: cronologia inédita a que tive acesso, como pesquisadora no acervo brasilianista do Centre for Research on Latin America and the Caribbean [Centro de Pesquisa sobre a América Latina e o Caribe] /CERLAC Resource Centre) da York University, em Toronto. Trata-se de texto mimeografado com 24 páginas, em língua portuguesa, organizado por participantes do Movimento Feminino pela Anistia em 1978.

trabalho para 8 horas nos estados de São Paulo e Bahia também envolveram mulheres; em 1910, a revista **Anima e Vita** sobre temas sindicais foi lançada por Ernestina Lesina. Pesquisas históricas substanciais sobre as greves massivas do Rio de Janeiro em agosto/setembro de 1903 (AZEVEDO, 2006) e da greve geral anarquista de 1917 (LOPREATO, 2000) apontam para a participação das mulheres no ativismo trabalhista.

Evidências da conexão com o teatro como ferramenta pedagógica são encontradas em estudos das festas anarquistas nas quais se observa a complementaridade entre o lúdico e o doutrinário:

Analisando os inúmeros anúncios veiculados na imprensa operária - assim como alguns comentários de festa realizada -, percebemos que a dissociação entre atividades lúdicas e trabalho de “conscientização”, na prática não se verifica. Com exceção talvez da conferência (esta sim de caráter instrutivo ou como qualquer fórmula repisada, “doutrinário”, todas as outras partes de nossas festas, incluindo o teatro, manifestam não uma oposição, mas uma complementaridade entre o “lúdico” e o “doutrinário”). Ou, melhor dizendo, os dois aspectos aparecem tão intimamente relacionados que nos arriscamos a dizer que eles estabelecem de fato uma unidade, muito embora nem sempre harmônica. (HIPÓLIDE, 2012, p. 56).

Um exemplo de tal unidade envolve as mulheres feministas nas campanhas antimilitaristas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), período em que

[...] um dos principais grupos anarquistas encabeçados por mulheres foi criado, o Centro Feminino Jovens Idealistas de São Paulo que contava com militantes de relevo no movimento no operário como Isabel Cerruti, Maria Valeska, Maria Angelina Soares, Emma Mennoch e Elvira Boni. (SANTOS, 2023, p. 69)

Nesse contexto, destaco o nome de Elvira Boni (1899-1990), filha de Tercila Aciratti Boni e do metalúrgico Angelo Boni, ambos anarquistas, que também teve papel central nas denúncias contra abusos nas jornadas de trabalho e atuou “[...] como atriz, desde os doze anos, junto aos seus irmãos e irmãs, do Grupo de Teatro Primeiro de Maio, vinculado à Liga Anticlerical” (CAMPOS, 2021, p. 16).

Nos jornais da imprensa operária pesquisados por Hipólide (2012), há numerosos registros das apresentações teatrais de diversos gêneros nos eventos anarquistas, assim como os *guignols* franceses, as zarzuelas espanholas e as revistas, com predominância das comédias “[...] muitas das quais com conteúdos libertários, anticlericais ou de forte crítica social” (HIPÓLIDE, 2012, p. 57).

Samanta Colhado Mendes, numa dissertação com tópico dedicado as mulheres no teatro operário e recorte temporal de 1889 a 1930, observa que

[...] as mulheres anarquistas paulistanas não atuavam distante dos homens anarquistas, pensando em sobressaírem-se a eles, mas lutavam junto deles, levantando outras questões relevantes para o movimento, como a discrepância entre os salários (de homens e de mulheres), a liberdade de união e a maternidade livre e consciente. (MENDES, 2010, p. 185)

Segundo Mendes (2010), muitas peças eram escritas por homens, mas tinham teor feminista e parcerias com mulheres, a exemplo de **Bandeira Proletária** (1922), de Marino Spagnolo, com prefácio de Maria Lacerda de Moura e consistindo de três atos abordando “[...] temas como a exploração sexual da mulher, a hipocrisia burguesa - observada através do casamento monogâmico -, o controle de natalidade, as vilanias do clero e levantava os problemas do alcoolismo” (MENDES, 2010, p. 228).

Os ativismos feministas por meio do teatro no Brasil, portanto, eram praticados desde a militância antiescravista na segunda metade do século XIX e tiveram grande difusão relacionada às lutas sufragista e trabalhista durante a Primeira República (1889-1930), com legados basilares para os avanços democráticos desde então.

Para apropriar e estender o que Diana Taylor argumenta acerca da perspectiva hemisférica relacionada a eventos-limite, vale lembrar que as vivências de opressão de mulheres relacionadas ao escravismo, ao sufragismo e ao trabalho no Brasil nos proporcionam reconhecer situações similares e interconexões com “[...] áreas geográficas e políticas aparentemente separadas, mas também até que ponto nosso passado continua a assombrar nosso presente” (TAYLOR, p. 377).

Os presentes e os legados, concluindo...

Análises dos feminismos brasileiros têm enfatizado que dois grandes tipos de lutas caracterizaram o seu crescimento até a e durante a década de 1970, a saber: a luta contra a opressão das mulheres e “[...] a luta pela redemocratização do país” (SARDENBERG E COSTA 2010, p. 261). Este pressuposto de duplo papel no feminismo contemporâneo, a rigor, me auxiliou a discutir as maneiras pelas quais as mulheres ativistas brasileiras usaram a dramaturgia e o teatro na busca de seus interesses estratégicos muito antes dos anos 1970 e nisso acompanharam tendências da América Latina.

Sonia E. Alvarez (1990) reconhece o crescimento do ativismo feminista nos anos 1970 com perplexidade porque “[...] os regimes militares latino-americanos e os seus equivalentes conservadores no Ocidente manipularam os valores familiares e reforçaram as concepções tradicionais da 'esfera própria' das mulheres.” (Alvarez, 1990, p. 5).¹⁰ Cynthia Andersen Sarti relaciona esse fortalecimento do movimento de mulheres no Brasil à anistia de 1979, permitindo a volta das exiladas que trouxeram suas experiências de feminismos do hemisfério Norte e encontraram a receptividade “[...]de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país (...) em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular” (SARTI, 2004, p. 41). Maria Amélia de Almeida Teles (1993) menciona a presença de 4 mil participantes no 2º Congresso da Mulher Paulista,¹¹ realizado em 1980, e também destaca as ações de trabalhadoras rurais e de mulheres engajadas nas políticas de saúde (TELES, 1993).

De acordo com Alvarez (1990), enquanto a atenção da mídia se voltou para a mobilização de mulheres de todas as classes e estilos de vida em quase cem grupos feministas surgidos até 1981, em algumas associações, os conflitos cresceram devido a

¹⁰ Minha tradução de “...Latin American military regimes, like their conservative counterparts in the West, manipulated family values and reinforced traditional conceptions of women’s ‘proper sphere’” (ALVAREZ, 1990, p. 5).

¹¹ Dossiê disponível em <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/2o-congresso-da-mulher-paulista-realizado-no-teatro-tuca-da-puc-sp-sao-paulo-sp-8-e-9-mar-1980-credito-jesus-carlos-3>

diferenças ideológicas, enquanto em outras “[...] embarcaram num processo de embates com organizações comunitárias paralelas dominadas por homens” (ALVAREZ, 1990, p. 110).¹²

Além disso, durante o processo de abertura, o maior empoderamento dos homens ficou evidente na política sectária de transição para a democracia com o ex-presidente João Figueiredo (1979-1985): “À medida que os movimentos de mulheres cresciam, também aumentou a determinação da oposição dominada por homens em acumular o capital político representado por eleitorados femininos organizados” (ALVAREZ, 1990, p. 111/ minha tradução).¹³ O início do governo civil em 1985 não mudou a complexa dinâmica de derrubar e reposicionar as barreiras patriarcais:

Duas dimensões estruturais da política de gênero continuaram a restringir o progresso em direção à igualdade das mulheres no Brasil pós-autoritário. Primeiro, a sociedade política e o Estado na Nova República brasileira, é claro, permaneceram domínios predominantemente masculinos. E, em segundo lugar, a crescente dependência do Brasil das nações capitalistas centrais colocou um freio importante nos desenvolvimentos da política nacional de gênero. (ALVAREZ, 1990, p. 223/ minha tradução).

A continuada dominação masculina caracterizou a Constituinte convocada em 1985 pelo então presidente José Sarney, com a participação de apenas 26 deputadas, dentre 496 deputados e 81 senadores nos trabalhos que culminaram com a promulgação da Constituição de 1988 (TERRA, 2022).¹⁴ Essa quantidade reduzida de mulheres constituintes, no entanto, ganhou visibilidade performática no *lobby* do batom, nome

¹² Minha tradução de: “... embarked on a collision course with parallel male-dominant community organizations.” (ALVAREZ, 1990, p. 110).

¹³ Minha tradução de: “As the women’s movements grew, so did the male-dominant opposition’s determination to garner the political capital represented by organized female constituencies.” (ALVAREZ, 1990, p. 111).

¹⁴ Há uma lista de nomes de Constituintes (26 deputadas) e a Carta das Mulheres Constituintes disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/mulher-constituente>

dado ao grupo de deputadas (inclusive a atriz Ruth Escobar) que estabeleceu a aliança suprapartidária com movimentos de mulheres para fortalecer as suas pautas.¹⁵

Alvarez (1990) resenhou estudos sobre o crescimento do feminismo popular associado aos movimentos de grupos urbanos no final dos anos 1980 e argumentou que os seus conflitos internos levaram integrantes do movimento de mulheres negras a recusarem qualquer autodefinição como feministas devido à disposição racista das feministas brancas reacionárias dos anos 1970 e início dos anos 1980.¹⁶ Este cenário mudou quando Sueli Carneiro, uma das principais ativistas nas lutas pelos direitos das mulheres negras, em 1988, consciente da dominação masculina no movimento negro, reivindicou e reafirmou uma posição feminista nova e interseccional quando se empenhou em “[...] sensibilizar o movimento negro para o fato de que a identidade racial não resulta ‘naturalmente’ em solidariedade sexual entre os negros” (Sueli Carneiro, apud ALVAREZ, 1990, p. 234/ minha tradução). Apesar de tais conflitos, ocorreu um florescimento à medida que o feminismo foi levado “[...] para as artes, a mídia, as universidades como nunca antes” (ALVAREZ, 1990, p. 229).

As pesquisadoras feministas têm defendido a contínua historicização dos feminismos (MARTELLO, 2021) para evitar o reposicionamento recorrente do cânone patriarcal ou a invisibilidade da arte feminista, ainda notada no Brasil e em outros países da América do Sul (ROSA, 2019).

Apesar do caráter efêmero do teatro e da dificuldade de acesso aos textos teatrais publicados no Brasil durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, as pesquisas citadas recuperaram um vasto repertório também por meio de jornais e

¹⁵ Matéria disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>

¹⁶ Vale ressaltar: “A autora observa que, “Apesar da presença indiscutivelmente majoritária das mulheres nas lutas populares urbanas, a maioria das análises dos movimentos urbanos não dá muito significado analítico ao gênero e até mesmo o sexo de participantes é obscuro, por causa de referências genéricas a ‘moradores do bairro’ ou noções das ‘classes populares’ de uma perspectiva cega para a variável sexo.” (Alvarez, 1990, p. 43/ Minha tradução de: “The author notes that “Despite the indisputably majoritarian presence of women in urban popular struggles, most analyses of urban movements do not afford much analytical significance to gender and even the sex of participants is obscured by generic references to ‘neighborhood residents’ or sex-blind notions of ‘the popular classes’ “).

revistas, viabilizando um conhecimento mais amplo do que poderia constituir um arquivo a informar o próprio ensino de Arte e os projetos artísticos interdisciplinares, especialmente os performáticos, com a articulação de imaginários coletivos e individuais.

Corridos todos os riscos de superficialidade ao tratar de um assunto tão amplo num artigo, ainda assim espero, neste *pot-pourri* bibliográfico, ter apontado a relevância de conhecermos a produção artística de mulheres engajadas em relações de poder desde os anos 1830, abrindo espaço para as transformações sociais e ações feministas diretas ao longo do século XX. Os legados delas poderiam favorecer a expansão das pesquisas sobre os diversos tipos de ativismos feministas contra os espectros do sistema patriarcal, sendo auxiliares na concepção contemporânea de processos de criação artística com foco na compreensão das persistentes desigualdades de gênero, raciais e de classe.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil**. Women's Movements in Transition Politics. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANDRADE [Souto-Maior], Valéria. **Índice de dramaturgas brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Mulheres, 1996.

ANDRADE [Souto-Maior], Valéria. A intuição feminista do *agitprop* no teatro brasileiro do século XIX. **Estudos feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 5, n. 2, p. 275-289, 1997.

ANDRADE [Souto-Maior], Valéria. **O florete e a máscara**: Josefina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

ANDRADE [Souto-Maior], Valéria. Josefina Álvares de Azevedo. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX – Antologia**. 2. ed. Florianópolis, 2000, p. 484-499.

ANDRADE [Souto-Maior], Valéria. **Entre/linhas e máscaras: a formação da dramaturgia de autoria feminina no Brasil do século XIX**. 2001. Tese. (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB. p. 187-208.

ANDRADE [Souto-Maior], Valéria. Josefina Álvares de Azevedo, teatro e propaganda sufragista no Brasil do século XIX. **Acervo Histórico – Revista da Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo**, São Paulo, nº. 2, p. 65-82, 2º. sem./2004. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/525_arquivo.pdf

ANDRADE, Valéria. Militância sufragista e a peça de conversação no Brasil do século XIX: O Voto Feminino, de Josefina Álvares de Azevedo. **Sociopoética – Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade** (Online), v. 1, n. 6, p. 97-110, 2010.

ANDRADE, Valéria. Dramaturgas brasileiras no século XIX: escritura, sufragismo e outras transgressões. **Plural Pluriel: Revue des cultures de langue portugaise**, n. 8, printemps-été 2011. [En ligne] www.pluralpluriel.org ISSN 1760-5504.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. **Malandros Desconsolados**. O diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro. Rio do Janeiro: Relume Dumará, 2006.

BARBOSA, Lia Pinheiro, & MAIA, Vinícius Madureira. Nísia Floresta e ainda a controvérsia da tradução de **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. **Revista Estudos Feministas**, 28(2), e59012, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n259012>

BARROS, Roberta. **Elogio ao toque** - ou como falar de arte feminista a brasileira. Rio de Janeiro: Editora Relacionarte, 2016.

CAMPOS, Beatriz Luedemann. Companheiras em greve: o movimento paredista da União das Costureiras em junho de 1919. **Revista Angelus Novus**, ano XII, n. 17, 2021, p. 1-19. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/189595/179171>

CHADWICK, Whitney. **Women, Art, and Society**. New York: Thames and Hudson, 1990.

COSTA, Maria Alice; COELHO, Naiara. A(r)tivismo feminista – intersecções entre Arte, Política e Feminismos. IN **Confluências**, Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 20, n. 2, 2018, 25-49.

FARIA, João Roberto. **Teatro e escravidão no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2022.

FISCHER, Stela Regina. **Mulheres, Performance e Ativismo**: a resignificação dos discursos feministas na América Latina. Tese de Doutorado. Orientadora: Elisabeth Silva Lopes. Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Universidade de São Paulo, 2017.

FRACARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. Disponível em <https://editora.fgv.br/produto/os-direitos-das-mulheres-feminismo-e-trabalho-no-brasil-1917-1937-3311>

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. IN DEL PRIORE, Mary (organização). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 640-667.

GROSENICK, Uta. **Women Artists in the 20th and 21st century**. Köln, London, Los Angeles, Madrid, Paris: Taschen America, 2001.

HAHNER, June E. Feminism, Women's Rights, and the Suffrage Movement in Brazil: 1850-1932. **Latin American Research Review**, v. XV, n 1, 1980, p. 65-111.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução de Eliane Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HIPÓLIDE, Eduardo Gramani. **O teatro anarquista como prática social do movimento libertário** (São Paulo e Rio de Janeiro de 1901 a 1922). Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Orientadora: Maria do Rosário da Cunha Peixoto. São Paulo: PUC-SP, 2012.

KOLMAR, Wendy K; BARTKOWSKI, Frances. **Feminist Theory**: a Reader. 4th ed. New York: McGraw-Hill, 2013.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Annablumme, 2000.

MARTELLO, Laura França. Autonomist feminisms in Brazil: protest politics and feminist self-defense. Translated by Bruna Dantas Lobato. IN Simone Bohn and Charmain Levy, editors. **Twenty-First-Century Feminisms: Women's Movements in Latin America and the Caribbean**. Montreal & Kingston; London; Chicago: McGill-Queen's University Press, 2021, p. 265-291.

MARTINS, Gabriel Otoni Calhau. **Cultura anarquista no Rio de Janeiro, educação em espaços não formais**. Rio de Janeiro 1906 A 1921. Dissertação de Mestrado em Educação. Orientador: José Damiro de Moraes. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em

<http://www.unirio.br/ppgedu/backup/1f4c1produtos/DissertaoPPGEduGABRIELOTONICALHAUMARTINS.pdf>

McCANN, Carole; SEUNG-KYUNG, Kim. **Feminist Theory Reader: Local and Global Perspectives**. New York: Routledge, 2009.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo : 1889-1930**. Dissertação de Mestrado em História, Direito e Serviço Social. Orientador: Moacir Gigante. Franca : UNESP, 2010.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?** Trad. Julliana Vacaro. São Paulo: Aurora, 2016.

PARKER, Rozsika; POLLOCK, Griselda, editoras. **Framing feminism: Art and the Women's Movement, 1970-1985**. London and New York: Pandora Press, 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M.S, Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017 (1 ed. francesa, 2006).

RAUEN, Margarida G.; RODRIGUES, Marise; ANDRADE, Valeria; SOUZA, Maria Cristina de. Bibliografia selecionada para estudos de mulheres e gênero nos campos de dramaturgia e teatro. IN ALVES, Lourdes Kaminski e MIRANDA, Célia Arns, organizadoras. **Teatro e Ensino**, v. I. São Carlos: Pedro & Joao Editores, 2017, p. 235-249.

RECKITT, Helena; GOSLING, Lucinda; ROBINSON, Hilary; TOBIN, Amy. **The art of feminism. Images that Shaped the Fight for Equality**. London: Tate, 2019.

ROSA, María Laura. Debunking the Patriarchy: feminist collectives in Argentina, Bolivia, Chile, and Peru. IN Robinson, Hilary and Busnek, Maria Elena. **A Companion to Feminist Art**. Hoboken, NJ, USA; Chichester, West Sussex, UK: John Wiley & Sons, Inc., 2019, p. 37-51.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. São Paulo: Quarto Artes, 1969.

SANTOS, Kauan Willian dos. "Reunindo numerosos camaradas": Organizações políticas anarquistas e libertárias no período da primeira República no Brasil. **Revista Estudos Libertários** (UFRJ) v. 5, n. 13 junho/2023, p. 53-75.

SARDENBERG, Cecilia. Pedagogias Feministas: uma introdução. In: VANIN, Iole e GONÇALVES, Terezinha (org). **Caderno Gênero e Trabalho**, São Paulo: REDOR, 2006, p.44-57.

SARDENBERG, Cecilia M. B.; COSTA, Ana Alice Alcantara. Contemporary feminisms in Brazil: achievements, shortcomings, and challenges. IN BASU, Amrita (editor), 2010, p. 255-284.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.2, p. 35-50, 2004.

SHREWSBURG, Carolyn. What is feminist pedagogy? **Women's Studies Quarterly**, v. 15, n. 3/4, 1987, p. 6-14.

SOUZA, Maria Cristina de. **A tradição obscura: o teatro feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: Bacantes, 2001.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**. *Performance* e memória cultural nas Américas. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TERRA, Bibiana. **A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: o movimento feminista e a participação das mulheres no processo constituinte de 1985-1988**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

VINCENZO, Elza C. de. **Um teatro da mulher: dramaturgia feminina no palco brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Recebido em: 16/07/2023

Aceito em: 18/10/2023